

ENTRE EXTREMOS, SEM MEIOS: A POLARIZAÇÃO ELEITORAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

BETWEEN EXTREMES, NO MEANS: ELECTORAL POLARIZATION AND REGIONAL DEVELOPMENT

ENTRE EXTREMOS, SIN CENTRO: LA POLARIZACIÓN ELECTORAL Y EL DESARROLLO REGIONAL

Afonso Henrique Roldão¹
Maria Eneida Fantin²

Resumo

No Brasil pós-redemocratização, a polarização eleitoral é constante e prejudica as escalas socioeconômicas do desenvolvimento. Portanto, a partir de uma retrospectiva da história política brasileira recente, as considerações deste artigo enfrentam os extremismos para buscar meios de harmonizar o cenário brasileiro.

Palavras-chave: extremismo; polarização; eleições; desenvolvimento.

Abstract

In post-democratization Brazil, electoral polarization is constant and undermines the socioeconomic scales of development. Therefore, from a retrospective of recent Brazilian political history, the considerations of this article confront extremisms to seek ways to harmonize the Brazilian scenario.

Keywords: extremism; polarization; elections; development.

Resumen

En el Brasil de la posredemocratización, la polarización electoral es constante y perjudica las escalas socioeconómicas del desarrollo. Por lo tanto, a partir de una retrospectiva de la historia política reciente brasileña, las consideraciones de este artículo enfrentan los extremismos para buscar formas de armonizar el escenario brasileño.

Palabras-clave: extremismo; polarización; elecciones; desarrollo.

1 Introdução

Esta produção compila resultados obtidos por meses, durante os quais integrou as atividades do corpo de pesquisa do Centro Universitário Internacional — UNINTER, através da oportunidade de estágio intitulada *Diferentes Contextos*, na modalidade Iniciação Científica.

A proposta de estágio da instituição vincula-se ao grupo de pesquisa *ATLAS Geociências*, da área de Geociências, e se estendeu de 2020, no contexto da pandemia da COVID-19, até 2021. As pesquisas desenvolvidas no âmbito do grupo investigam as realidades

¹ Acadêmico do curso de Licenciatura em Geografia do Centro Universitário Internacional – Uninter. E-mail: afonsoroldao@gmail.com.

² Professora Mestre da área de Geociências do Centro Universitário Internacional – Uninter. E-mail: maria.fa@uninter.com.

regionais e profissionais de estudantes e egressos da área de Geociências, contribuindo não apenas para o desenvolvimento da experiência acadêmica de seus alunos, mas também com alguns aspectos da educação superior brasileira.

Ao ingressar no grupo de pesquisa, por adesão e afinidade com o tema, optou-se pelo subgrupo *Geografia Política e Eleitoral*, para refletir sobre os maiores desafios político-eleitorais do Brasil e aprimorar conhecimento através das orientações recebidas.

Portanto, o tema deste artigo é a polarização eleitoral ocorrida na última década no Brasil. A pesquisa respondeu aos seguintes problemas: a polarização eleitoral na história recente do Brasil influenciou desenvolvimentos regionais desiguais no território brasileiro? Há relação entre essa polarização e os investimentos em ações desenvolvimentistas de acordo com a tendência partidária predominante nas diversas regiões?

A escolha do tema se justifica, pois, desde a redemocratização do Brasil, com a chamada Nova República, o país apresenta uma tendência global de eleições cada vez mais acirradas. Com isto, há notável aumento da intolerância, das mentiras propagadas como notícia, e de um fanatismo que acaba por ocultar as verdadeiras intenções dos candidatos, reflexo da situação eleitoral polarizada. Tal dicotomia tem consequências para o desenvolvimento regional e nacional, e esta pesquisa busca esclarecer de que forma, e a que custo, ocorreu o fenômeno extremista no Brasil pós-redemocratização, comprovando que tal situação coincide com períodos de mazelas sociais, como a falta de desenvolvimento regional nas escalas humana e econômica.

A pesquisa ocorreu sob orientação obtida em encontros específicos do subgrupo, nos quais os professores responsáveis debatiam acerca do desenvolvimento dos projetos de cada um dos orientados, do suporte teórico ao direcionamento estrutural. Foi de grande relevância a orientação sobre pesquisa bibliométrica, que envolve plataformas de pesquisa e métodos de análise dos artigos.

A metodologia utilizada para esta pesquisa foi a análise bibliográfica comparativa, com literatura da área político-eleitoral, a exemplo da produção de Karolina Roeder, bem como com notícias e artigos, de modo que as comparações resultem em sínteses da história política brasileira recente. Nesse sentido, Antônio Carlos Gil (1994) afirma que a pesquisa de caráter social tem função explicativa e de instrução, envolvendo as técnicas que relacionem as teorias e o real, não apenas trazendo porquês, mas também os meios que os formaram.

Assim, para estruturar a temática, buscou-se na literatura de autores da área, como na obra *Direita, volver!*, que já em seu título exprime a atual situação política brasileira. Para compreender a ciência por trás do processo político, há o importante auxílio de Karolina

Roeder, com a obra *Partidos políticos e sistemas partidários*, que analisa, além da estrutura política, sua gênese, suas qualidades e seus defeitos. Além dos livros, utilizam-se artigos como *As bases afetivas do comportamento político: ressentimento racial, partidarismo negativo e polarização na política americana*, de Julian Borba e Gregório Unbehaun Leal da Silva; e *A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook*, de Fabrício Brugnago e Vera Chaia, publicado pela PUC-SP. Destaca-se, ainda, a *Origem, Causas e Consequências da Polarização Política*, tese de doutorado de Andre Bello, da UnB.

O presente artigo não se resume a um conjunto de informações sobre o extremismo, mas busca refletir pesquisa científica e retrospectiva da história política brasileira recente, da política de ontem e de hoje, para aqueles que se dispuserem a enfrentar os extremismos e a buscar meios de harmonizar o cenário brasileiro.

2 Discussão teórica

Plataformas de pesquisa científica como Scielo, CAPES e Google Acadêmico apresentam diversas produções nacionais e internacionais que trabalham o tema política, e um ponto notável é a presença crescente de termos como “extremismo”, “radicalismo”, “violência”, “divisão” ou “polarização”. Portanto, percebe-se a urgência da temática, visto que o aumento da quantidade de produções é diretamente proporcional ao de problemas sociais associados à temática.

As mazelas que as sociedades, especialmente a brasileira, enfrentam devido à polarização eleitoral em diversas eleições, sobretudo nas presidenciais, quando a oposição entre dois indivíduos em posições que nunca poderiam conviver no mesmo discurso gera uma onda de ódio e desinformação. Quanto a isto, dialoga-se com Fabrício Brugnago e Vera Chaia, em artigo publicado pela PUC-SP. A produção, que relata as eleições de 2014, salienta fortemente que o embate não se limitou ao PT (Partido dos Trabalhadores) contra o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), muito menos à oposição entre Dilma Rousseff, então presidenta da república, contra Senador Aécio Neves.

No episódio de 2014, algo muito comentado pelas mídias sociais foi a divisão social causada pela situação eleitoral: divisão no sentido figurado, pois, cada metade da população possuía seu candidato, mas também no sentido literal, uma vez que familiares, amigos e vizinhos perderam parte de sua relação social saudável, vendo adversários políticos como inimigos. Os grupos trocavam apelidos pejorativos, considerava-se o esquerdista um

“mortadela”, embutido associado à distribuição de lanches (pão com mortadela) entre simpatizantes em manifestações organizadas por sindicatos; já aqueles posicionados à direita do espectro político recebiam dos esquerdistas a alcunha de “coxinhas”.

São evidentes as consequências do extremismo polarizador em alguns aspectos. Uma delas diz respeito a uma espécie de idolatria, quando, segundo Tauchen (2019), a esfera política é atravessada por um sentimento quase religioso, que obscurece imagens reais de quadros eleitorais ou governamentais para obter apoio absoluto. A idolatria ocorre quando o indivíduo se associa tanto à campanha de um dos lados que não é capaz de perceber se as propostas da oposição são socialmente melhores. Assim, importa, acima de tudo, defender o lado escolhido, e isto gera a ascensão de projetos políticos não necessariamente representantes das vontades populares, mas que seduziram à massa populacional e/ou eleitoral com maior eficácia. Nesse sentido, quem mais perde é a população, pela falta de cuidados com o bem público, os serviços essenciais, e de compromisso com uma gestão transparente.

Outro aspecto do processo de polarização política é a não linearidade eleitoral, em razão da ascensão consecutiva de grupos políticos de ideologias distintas. Do ponto de vista democrático, não há problema algum. Porém, do ponto de vista da administração pública, torna-se problemático porque a ideologia de um grupo interfere no modo como pretendem transformar a realidade através da gestão pública, base do ideal republicano. Resulta disto que, ao assumir o governo, determinado grupo decide não dar continuidade aos projetos anteriores, mesmo aos quase consolidados, por serem iniciativas de uma equipe ideologicamente oposta. Em vista disto, iniciam-se novos projetos do zero, que levarão anos para se consolidarem, ciclo que se repete viciosamente na alternância de poder.

A obra *Direita, volver!* discute o radicalismo e a alternância de ideologias no poder no Brasil, país governado, de 2002 a 2016, por um partido trabalhista de base ideológica de esquerda, com ampla preocupação social. Este governo foi sucedido, em 2016, por partidos de direita, com ideologias muito mais voltadas aos quesitos econômico e moral, o que transformou fortemente a atuação federal.

O artigo *As bases afetivas do comportamento político: ressentimento racial, partidarismo negativo e polarização na política americana*, de Julian Borba e Gregório Unbehaun Leal da Silva, apresenta também três pontos essenciais que tornam urgente o estudo sobre o tema. Segundo os autores, existe, na América, um “ressentimento racial” que ecoa na política, algo a ser aplicado em comum intensidade a países de passado escravocrata, como é o caso do Brasil. Neste cenário, a população brasileira, mais de 56% negra, há muitas décadas é negligenciada pelos governos, a sofrer descaso relacionado a sua ascensão social. Estaria,

assim, fadada à pobreza? Afinal, são 75% dos mais pobres do país (REPRESENTATIVIDADE... [2021]). Os dados apresentados confirmam as consequências demográficas, políticas e sociais da herança escravocrata. Por conta disso, não raro as disputas eleitorais ocorrem entre candidatos antirracistas e negacionistas, em confronto por uma parcela considerável do eleitorado.

Ademais, o histórico nacional, segundo o artigo, é fator determinante da crise política contemporânea através do partidarismo negativo: quando a imagem de um partido se torna algo repulsivo, devido a gestões anteriores ou mesmo escândalos de corrupção. Consequentemente, a população recorre a opções eleitorais antagônicas a do partido cuja imagem foi manchada, ou simplesmente rejeita formações partidárias, então consideradas repulsivas, sobretudo partidos posicionados à esquerda, ferozmente atacados por grupos de direita extremistas, conservadores e/ou neoliberais, em situações de embate virtual, por exemplo, conforme apontam Brugnago e Chaia (2015).

Dessa forma, por heranças do passado ou por situações do presente, a temática da polarização eleitoral se destacou na produção científica, e esta pesquisa busca aprimorar os dados computados, além de promover uma síntese para auxiliar a compreensão do contexto eleitoral enfrentado pela sociedade hoje.

3 História recente polarizada

Na geografia política e eleitoral um dos principais assuntos abordados contemporaneamente é a gênese da polarização política em eleições de diversos países, como acontece no Brasil da Nova República, sobretudo nos segundos turnos de eleições presidenciais, a partir de 1994 (exceto entre 1998 e 2006, nos quais o pleito foi decidido no primeiro turno), marcados pela disputa entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social Democracia Brasileira. Tais eventos, além de suas características momentâneas, como a inviabilização da compreensão plena das propostas de cada candidato, gera discórdia entre camadas sociais, com violência, inclusive virtual, calúnia e difamação, como apontado por Fabrício Brugnago e Vera Chaia (2015).

Outro exemplo dessa polarização eleitoral ocorreu em 1960, quando Jânio Quadros e João Goulart foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente do Brasil, antagonizados pela tradicional figura do General Lott. Jânio propunha renovação e honestidade, sob o mote da “vassourinha”, para reforçar a ideia de combate à corrupção, em um jocosos apelo populista contrastante com a rigidez da imagem de Lott. Assim ocorreu o último pleito

presidencial aberto antes da intervenção militar de 1964, que instaurou a ditadura militar vigente até 1985. Após 21 anos de autoritarismo ditatorial, José Sarney, então vice-presidente eleito indiretamente, assume a presidência em razão do falecimento de Tancredo Neves, que encabeçava a chapa. Foi um governo transitório impopular, com alta inflação, dívidas internacionais e pressão popular. Posto que civil, o mandato de Sarney não resultou de eleição direta pelos cidadãos brasileiros.

Em 1989, próximo do fim do mandato de José Sarney, e ainda no contexto da recente Constituição de 1988, são convocadas as primeiras eleições abertas para o poder executivo nacional da nova república. No primeiro turno, múltiplos ideais foram apresentados pela diversidade e quantidade de candidatos: Affonso Camargo Neto, PTB; Afif Domingos, PL; Antônio dos Santos Pedreira, PPB; Armando Corrêa, PMB; Aureliano Chaves, PFL; Celso Brant, PMN; Enéas Carneiro, PRONA; Eudes Oliveira Mattar, PLP; Fernando Collor de Mello, PRN; Fernando Gabeira, PV; Leonel Brizola, PDT; Lívia Maria Pio, PN; Luiz Inácio Lula da Silva, PT; Manoel de Oliveira Horta, PDCdoB; Mário Covas, PSDB; Marronzinho, PSP; Paulo Gontijo, PP; Paulo Maluf, PDS; Roberto Freire, PCB; Ronaldo Caiado, PSD; Ulysses Guimarães, PMDB; e Zamir José Teixeira, PCN. Entre tantos projetos, ainda sem polarização, passaram para o segundo turno os de Fernando Collor e Luis Ignácio Lula da Silva, e, nessa altura, iniciou-se uma polarização nacional que não envolvia exclusivamente projetos — estes sim, debatidos em tv aberta em acaloradas discussões que envolviam desde capacidade comunicativa a planos de reconstrução nacional —, mas também, em alguma medida, a aparência física dos candidatos.

Tal argumento é embasado em uma série de estudos realizados pelo Massachusetts Institute of Technology — MIT, em especial a pesquisa *Looking Like a Winner: Candidate Appearance and Electoral Success in New Democracies*, escrito por Chappell Lawson, Gabriel S. Lenz, Andy Baker e Michael Myers, e publicado em 2010 pelo Cambridge University Press. A produção apresenta experimentos sociais nos quais a população média de países de democracias jovens foi submetida a escolhas hipotéticas entre dois candidatos: um de aparência bem vista pelo padrão de beleza, e outro de aspecto popularmente considerado não belo. Em cerca de 75% dos casos os participantes entrevistados optaram pelo candidato “belo” sob alegação de que seria melhor governante. Assim, a estética mostrou-se, mais do que um simples adorno, uma poderosa arma eleitoral. No caso brasileiro, houve o abismo estético entre Lula e Collor, o primeiro chamado de “sapo barbudo” pelo também presidenciável Leonel Brizola, o segundo considerado “boa pinta” pelo senso comum da época.

Prova do quanto houve polarização nesta eleição é seu resultado em percentual de votos: Collor recebeu 53,04% dos votos, contra os 46,96% de Lula. O resultado apresentava um país dividido. Com a derrota do líder sindicalista, assume o jovem que se autointitulava “Caçador de Marajás”.

Após nova instabilidade política envolvendo questões financeiras, Collor renunciou devido ao avanço do processo de impeachment contra ele, e assumiu o governo seu vice, Itamar Franco, cujo Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, ganhou popularidade por aparecer à frente do Plano Real, estratégia que trouxe, mais do que uma nova moeda, estabilidade política ao país.

Sendo assim, nas eleições de 1994, FHC tornou-se o candidato da situação, o nome da consolidação da estabilidade. A oposição, no que lhe concerne, seguiu apresentando Lula como líder mais expressivo. Nesse cenário eleitoral nacional, a polarização discreta se pautava em um novo aspecto: orientação ideológica e preparo intelectual. De um lado, apresentava-se um neoliberal formado em ciências sociais pela Universidade de São Paulo, com experiência em economia demonstrada no plano real. Do outro, um líder sindical cujo único curso era manuseio de torno mecânico, um operário socialista que baseou todas as teorias apresentadas em seu antigo mandato como deputado federal em conversas com intelectuais e autodidatismo.

Em *Cartas a um jovem político*, FHC revela que, à época, sentia-se “[...] mais professor e intelectual do que político, no sentido que se atribui normalmente à palavra político” (CARDOSO, 2006, p. 73 apud LAFER, 2009, p. 39), e ainda assim tornou-se presidente da república. O fato é analisado por Celso Lafer, professor titular da Faculdade de Direito da USP, no artigo *FHC: o intelectual como político*, quando o autor concorda com o não autointitulação de FHC como político convencional:

É certo que ele não é, como diz pertinentemente, um político no sentido mais usual do termo como foram, por exemplo, Campos Sales, Rodrigues Alves, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, eminentes e qualificados antecessores seus na presidência da República. No entanto, não é menos verdade que se trata de homem público cuja trajetória, no conjunto, é das mais bem-sucedidas - e das mais bem-sucedidas no exercício de atividades medularmente políticas, como são as do prócer partidário, senador, ministro das Relações Exteriores e da Fazenda, presidente da República por dois mandatos, democraticamente eleito pela maioria de um grande eleitorado em primeiro turno. Nesse sentido é um caso singularíssimo na história brasileira, e pouco frequente no cenário internacional: o de um grande intelectual, de forte e reconhecida presença no mundo universitário do país e do exterior, que não foi apenas influente no espaço público da vida nacional, mas exerceu efetivamente o poder na cúpula do sistema político de um país da escala e complexidade do Brasil. (LAFER, 2009, p. 39).

O embate de 1994 se repete em 1998, visto que às vésperas de sua saída do poder, FHC publica uma ementa constitucional que aprovaria a existência de possibilidade de reeleição para o cargo de presidente da república. Aos gritos de golpista proferidos pela oposição, FHC vence seu segundo embate contra Lula, agora apoiado não apenas na imagem de intelectual antissindicalista, mas de experiente e eficiente contra a aventura, o trabalhismo desconhecido.

Todavia, em 2002, ainda no espírito de divisão social, dois fatores desencadearam uma reviravolta eleitoral: primeiramente, o PSDB de FHC apresentou um candidato de pouco apelo social, o então Ministro da Saúde José Serra, considerado pessoa contida e de pouca simpatia, diferente de FHC. Em segundo lugar, mas não menos importante, em 2002 a imagem de Lula, agora mais velho e experiente, já estava bastante difundida e inspirando maior credibilidade que outrora.

No terceiro pleito da polarização PT x PSDB, pela primeira vez o Partido dos Trabalhadores apareceu como vencedor, porque a gestão tucana de FHC, após oito anos de mandato, estaria desgastada, e a figura de Luís Inácio Lula da Silva nesse momento se mostrava mais madura, conciliadora e com apelo popular. A consolidação da disputa entre os partidos e os altos índices de satisfação social em relação ao governo Lula, reelegeram-no em primeiro turno contra Geraldo Alckmin, em 2006. Em 2010, último dos governos Lula, o PT precisava escolher uma figura para a sucessão de seu líder, evitando correr o mesmo risco que FHC em 2002, ao escolher Serra.

O Partido dos Trabalhadores escolheu um de seus membros mais característicos e tradicionais para a sucessão de Lula, a Ministra Dilma Vana Rousseff, a qual, apesar de pouco carismática, mostrava-se fiel aos propósitos sociais. Além do apelo relacionado ao público feminino, poderia usar sua experiência em gestão ministerial e sua formação em economia para fazer um primeiro governo estável. Em contrapartida, o PSDB apontou como candidato o então governador de São Paulo e ex-presidenciável José Serra, já conhecido das urnas. Dois candidatos pouco carismáticos, dois projetos de governo pouco explorados ou debatidos, dado que a tática eleitoral pautada em polarização e tradição de rivalidade entre grupos, sobretudo no segundo turno, sobressaíram. Dilma não saiu vencedora. Venceu, na verdade, o legado Lula e PT, elegendo-a com 56,05% dos votos, contra 43,95% de Serra.

Foram cinco eleições marcadas por uma polarização unânime em torno de PT x PSDB: os dois partidos se enfrentavam como dois clubes de futebol, com suas torcidas, pouco importando aos torcedores os objetivos de seus times. Ambos os partidos possuíam áreas de predominância. Na eleição de 2010, por exemplo, o PT conquistou a maior parte das unidades federativas, mais precisamente 16 delas, e, destas, apenas três não se encontravam nas regiões

Norte e Nordeste. Em contrapartida, das 11 unidades conquistadas pelo PSDB, apenas três não se encontravam em seu berço ao Centro-Sul: Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Cinco eleições em uma dicotomia podem não parecer um prejuízo nacional se considerados os sucessos de ambos os partidos em suas gestões. Todavia, é necessário analisar os desafios nacionais que persistiram intocados e eram pauta de outros candidatos, ignorados pela maioria dos eleitores. Em 2010, por exemplo, a crise ambiental brasileira, muito citada por candidatos como a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio.

A crise eleitoral causada pela polarização entre partidos tem a característica de impedir uma parcela da população de entender determinada candidatura. O conjunto candidatura, baseado em autores como Karolina Roeder, na obra *Partidos políticos e sistemas partidários*, pode ser entendido como a somatória de propósitos de: um partido, que é a legenda, cujo número deve ser depositado na urna; um candidato “cabeça de chapa”, cujo nome será lançado; uma base de apoio, ou coligação, conjunto dos partidos apoiadores e integrantes da candidatura. Ademais, há os propósitos gerais que devem estar presentes em um Plano de Governo. No Brasil, para o registro de uma candidatura majoritária, para cargo executivo nacional, por exemplo, a elaboração de um Plano de Governo é obrigatória.

Portanto, o fato de ter vivenciado polarização partidária conferiu ao Brasil, ou melhor, ao povo brasileiro, ausência da capacidade de compreensão dos projetos de poder nos quais depositavam sua confiança, considerando aspectos partidários e nominais, ignorando a real situação nacional, seus problemas, e as possíveis alternativas propostas pelos candidatos que se apresentavam além da polarização, em linhas distintas de pensamento, mas que possuíam ideais relevantes, embora a população não se dispusesse a ouvi-las.

Na eleição de 2014, porém, as características da dicotomia PT x PSDB foram alteradas, extrapolando a polarização partidária comum, a atingir questões ideológicas antes não tão relevantes para o debate nacional. Neste sentido,

Nas eleições de 2014 do Brasil, houve uma grande polarização assimétrica entre esquerda e direita, onde a esquerda se fortificou e a direita se radicalizou. Este artigo busca apresentar o cenário no qual surgiu essa polarização e os dispositivos que facilitaram esse processo. Será apresentada uma análise da formação de uma ideologia radicalizada da direita, com base em estudos de uma violência conservadora na sociedade brasileira, derivada de uma incapacidade de compreensão e aceitação do outro. Fabrício e Vera. (BRUGNAGO; CHAIA, 2015, p. 99).

O cenário eleitoral de 2014 se inicia em 2013. Manifestações começaram a se espalhar pelas ruas do país a partir de 18 de junho, quando, na capital paulista, a população toma as ruas

em retaliação ao aumento do custo das passagens de ônibus no município, aos gastos nacionais com a Copa do Mundo, a ser sediada pelo país no ano seguinte, e à corrupção, enquanto fenômenos pontuais comprovados, e uma especulação nacional, sobre a qual muitos têm certeza, mas pouco se fundamenta.

A nova polarização de 2014, como última instância da oposição PT x PSDB, apresentava-se, de um lado, na figura da então presidenta Dilma Rousseff, continuação de um projeto de esquerda em vigência no Brasil, contra, do lado oposto, a ascensão de um projeto da direita, que sustenta neste momento um discurso mais encorpado e agressivo. Tanto era assim que os partidários e o eleitorado do então Senador Aécio Neves, neto do presidente eleito em 1989, Tancredo Neves, acreditavam que seu projeto seria capaz de livrar o Brasil do pensamento de esquerda, referido pelo grupo como “petismo”, o que os tornava, por tabela, “antipetistas”. Além disso, fazia parte dos ideais direitistas revisar ações sociais do governo vigente, repensando o Estado para minimizá-lo, segundo o neoliberalismo, o que também incluiria repensar as estatais que sobreviveram às privatizações de FHC durante a década de 1990, em 2000, 2001 e 2002. Os outros projetos para o Brasil mais uma vez foram ignorados.

Dilma Rousseff saiu novamente vitoriosa, porém abalada politicamente. Se contra Serra sua vitória já foi tímida, com 56,05% dos votos, contra Aécio foi quase uma divisão exata da sociedade brasileira: a presidente foi reeleita com apenas 51,64% dos votos válidos. Tal resultado desencadeou duas consequências notáveis. De imediato, a oposição partiu para um discurso agressivo, dizendo que perderam para uma organização criminoso, insinuando fraudes eleitorais, e falando em assumirem em breve o governo.

A partir do episódio eleitoral, uma segunda consequência se mostra ainda mais acentuada: uma onda de ódio e desinformação, tema bem explorado por Brugnago e Chaia (2015), no artigo *A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook*. A produção, que relata as eleições de 2014, salienta fortemente que o embate não se limitou ao velho PT contra PSDB, muito menos a Dilma Rousseff, então presidenta da república, contra o então senador Aécio Neves.

Tal onda de ódio, bastante comentada nas mídias sociais, foi a divisão social resultante da situação eleitoral: divisão no sentido figurado, pois, cada metade da população possuía seu candidato, mas também no sentido literal, visto que familiares, amigos e vizinhos perderam grande parte de sua relação social saudável, vendo adversários políticos como inimigos.

No episódio de 2014, algo muito comentado pelas mídias sociais foi a divisão social causada pela situação eleitoral: divisão no sentido figurado, pois, cada metade da população possuía seu candidato, mas também no sentido literal, uma vez que familiares, amigos e

vizinhos perderam grande parte de sua relação social saudável, vendo adversários políticos como inimigos. Os grupos trocavam apelidos pejorativos, considerava-se o esquerdista um “mortadela”, embutido associado à distribuição de lanches (pão com mortadela) entre simpatizantes em manifestações organizadas por sindicatos; já aqueles posicionados à direita do espectro político recebiam dos esquerdistas a alcunha de “coxinhas”.

Com o passar dos meses, a divisão acentuada nacionalmente começava a se manifestar nas ruas, com grupos favoráveis e contrários à então governante. Nesse sentido, é cabível afirmar que a maior expressão da diferença da polarização partidária das eleições de décadas anteriores, em relação ideológica ao que houve em 2014, é a capacidade de alastramento social, e força social é decisiva para estabilizar ou desestabilizar um governo.

No caso brasileiro, a queda do governo de Dilma Rousseff aconteceu quando da polarização entre os que gritavam “Não vai ter golpe!”, e os que exclamavam, acreditando-se “do lado certo” da história, “Fora, PT!”, e “leve a Dilma com você!”. O segundo grupo atingiu seus objetivos através do impeachment ocorrido em 2016, Sobre isto, o artigo do cientista político argentino Aníbal S. Pérez-Liñan diz o seguinte: “O impeachment de Dilma Viana Rousseff: qualquer semelhança com a história é mera coincidência”.

Para Nogueira (2016), o evento pode ser considerado um golpe legislativo. O autor apresenta, em suas considerações sobre a obra de Pérez-Liñan, as categorias que permitem caracterizar o fenômeno das quedas presidenciais com maior clareza — identificadas na obra *Juicio Político Al Presidente y Nueva Inestabilidad Política En America Latina* (2009). São elas:

1) Renúncia antecipada; 2) Juízo político; 3) **Golpe legislativo**; (Grifo nosso) [9]. Afirma, que a principal caracterização da crise institucional se dá numa tensão, principalmente entre o presidente e o parlamento. Assim, o autor entende por crise presidencial: “1) **todo processo pelo qual o Congresso tenta remover o mandatário de seu cargo.** (Grifo nosso) 2) se o presidente tenta fechar o Congresso. 3) quando um dos poderes apoia um movimento civil ou militar contra o outro. (NOGUEIRA, 2016, p. 246).

Nesse sentido, ainda segundo Nogueira:

Ao mesmo tempo que o instituto do impeachment à brasileira da autonomia aos congressistas de admitirem e julgarem o processo de impeachment da forma como querem, necessita que o acusado tenha atentado contra a Constituição Federal e cometido crime de responsabilidade. Exige um crime materializado - no contexto jurídico - mas a votação pode ser fundamentada a partir de fidelidades partidárias, ou animosidades dos parlamentares. A sua natureza dúplice o confunde, o problematiza e o torna cada vez mais perigoso de ser utilizado. É isto que o processo de impeachment condecora: alarga uma crise constitucional. Dá espaço a abusos, a interpretações de risco do próprio texto constitucional. (NOGUEIRA, 2016, p. 251).

A própria Constituição Federal teve que se adequar ao rito do processo de impeachment de Dilma Rousseff, no que lhe concerne. Assim, cabe a compreensão de que a polarização eleitoral de 2014, a primeira a colocar as ideologias em destaque, foi responsável pela queda da presidenta eleita, cujo cargo assumiu seu vice, Michel Temer, ideologicamente oposto, o que predominava no Congresso Nacional, razão pela qual governou com estabilidade durante dois anos e meio. Além disso, é o ponto inicial nacional de uma guinada política que chega à América do Sul na segunda década do século 21.

A situação política sul-americana, após a hegemonia de governos de esquerda —Lula e Dilma no Brasil, o casal Kirchner na Argentina, Lugo no Paraguai, Mujica no Uruguai, Bachelet no Chile, Evo na Bolívia, Chávez e Maduro na Venezuela, entre tantos outros líderes alinhados politicamente e de presenças notáveis —, passa por um desvio acentuado nos aspectos político e social, quanto ao senso popular e a movimentação das massas. Tal processo é evidenciado na obra nacional, publicada em 2015, *Direita, volver!*, organizada por Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel e Gustavo Codas. No livro, a coautora Camila Rocha, no capítulo *Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina*, afirma que:

Com essa reorientação política e econômica, a socióloga argentina Verónica Giordano (2014) e o cientista político chileno Cristóbal Rovira Kaltwasser (2014) passaram a considerar a hipótese da formação de uma “nova direita” na América Latina como resposta à virada à esquerda. Essa “nova direita” adotaria diferentes estratégias políticas em relação à direita atuante nos anos 1980 e 1990 no subcontinente para conseguir responder aos novos desafios colocados pela ascensão de atores políticos de esquerda ao Poder Executivo. Kaltwasser dividiu o que considera serem as estratégias da “nova direita” em três tipos diferentes: 1. Estratégias não eleitorais que têm lugar no âmbito da sociedade civil; 2. Estratégias eleitorais partidistas existentes no âmbito do sistema político-partidário já estabelecido; 3. Estratégias eleitorais não partidistas que se relacionam à constituição de novas lideranças políticas à margem do sistema político-partidário estabelecido (outsiders). (ROCHA, 2020, p. 261).

O contexto da “nova direita” e as previsões de Kaltwasser tomam corpo e voz nas eleições presidenciais brasileiras no fim do governo Temer, em 2018. Como já dito anteriormente, nessa eleição não mais existe a polarização PT x PSDB, mas uma evolução da polarização esquerda x direita de 2014. Tal evolução sucede pelos três processos listados por Kaltwasser, que podem ser interpretados da seguinte maneira: 1. Camadas mais extremas de ideologia de direita são apresentadas por “estratégias não eleitorais que têm lugar no âmbito da sociedade civil”, a exemplo dos movimentos conservadores que se apresentaram como em favor de causas sociais: evangelismo e ação social, lutas contra a liberdade de expressão e direitos do movimento LGBTQIA+, moralização, porte de armas de fogo pelos “cidadãos de bem”, entre outras temáticas conservadoras; 2. “Estratégias eleitorais partidistas existentes no âmbito do

sistema político-partidário já estabelecido”, ocorre quando os partidos do chamado “centrão”, até então neutros em todas as discussões, a seguir os rumos da maioria, apenas existindo pelos seus interesses no Congresso, passam a se portar como base aliada das bancadas conservadoras do boi, da bíblia e da bala, demonstrando uma fusão de interesses; 3. O surgimento de “estratégias eleitorais não partidistas que se relacionam à constituição de novas lideranças políticas à margem do sistema político-partidário estabelecido (outsiders)”, quando tomam amplitude social as declarações de Jair Messias Bolsonaro.

Posto que Bolsonaro não seria pessoa fora do sistema político, por ser deputado do Rio de Janeiro há 28 anos, importa salientar que não representava causas partidárias, mas próprias, entre as quais expor a desmoralização do quadro político nacional, apresentando-se enquanto indivíduo — desfilado de seu antigo partido, o PP, e, após breve período no PSC, manteve-se desfilado e sem partido até as vésperas da eleição — focado em sua imagem pessoal, como uma alternativa viável diante da decepção popular com a camada política da qual ele fazia parte.

A eleição presidencial de 2018 teve diversos candidatos, porém, novamente uma polarização levou ao segundo turno um candidato petista — representante da esquerda e do “lulismo”, inicialmente o próprio Lula, depois impedido e substituído por Fernando Haddad —, e um candidato da “nova direita”, Jair Bolsonaro, vitorioso com 55,13% dos votos válidos. Praticamente ignorados, os outros candidatos, como Ciro Gomes, do PDT, Geraldo Alckmin, do PSDB, e Marina Silva, do Rede, entre tantos outros projetos para o Brasil, apagaram-se pelos extremos que se confrontaram com aplausos da sociedade. Tal evento, a eleição do Presidente Bolsonaro, exemplifica a consequência da polarização. Trata-se da eleição de um candidato messiânico que ganhou destaque logo no primeiro turno.

Por vezes, considera-se o quanto a existência de segundos turnos eleitorais contribui para a polarização, a dicotomia entre candidatos. De fato, é inevitável que o segundo turno, como nova disputa eleitoral entre apenas dois candidatos, torne-se dualista, porque a opção por um lado tende a descredibilizar o outro. Todavia, ainda que tal quadro seja inevitável, resulta de um primeiro pleito com diversidade de propostas e candidatos, e caso a polarização não se iniciasse a partir dele, a configuração do segundo turno não seria tão enfaticamente radicalizada e previsível.

Discursos de ódio também estão aliados à questão da boa ou má informação da população, um círculo vicioso a respeito do qual vale refletir. Os candidatos A, B ou C podem se beneficiar de redes sociais para difundir seus ideais. Ao mesmo tempo, sua oposição pode difundir notícias falsas, conhecidas como *fake news*. Sendo assim, cabe ao candidato acreditar que seu eleitorado saberá distinguir o verdadeiro do mentiroso. Contudo, é comum que o

ambiente virtual esteja eivado pela desinformação e por um radicalismo odioso, fruto não apenas de enfrentamentos eleitorais polarizados atuais, mas também reflexo de disputas anteriores. E tudo isso deve ser considerado no ambiente maior da sociedade, pois, “[...] pensar a tecnologia, nesta era do pós-digital, significa implicá-la nas táticas e estratégias do poder” (SANTAELLA, 2016, p. 11).

A popularidade das *fake news* está relacionada à educação formal de baixa qualidade devido à falta de investimentos, como ocorre com o ensino brasileiro público e gratuito. Neste sentido, a pedagoga, Doutora em Educação e professora da Faculdade de Educação da UFBA, Telma Brito Rocha, em seu artigo *Notícias: Fake News e os Desafios da Educação na Contemporaneidade*, afirma que:

As redes sociais são um ambiente de entretenimento e um campo vasto de opiniões que são expressadas por internautas de forma rápida e efetiva. Ademais, é também utilizada como um canal de propagação de fake news e, como ressonância destas, a disseminação de ódio provenientes de indivíduos que se mantêm – geralmente – em anonimato.

As chamadas *fake news* – em português, notícias falsas – consistem em mentiras disseminadas no formato de notícia jornalística, ou seja, textos objetivos que seguem regras como lead e pirâmide invertida, veiculadas em sites ou blogs que se alinham com o design de sites dos grandes jornais mundiais. Elas sempre existiram, mas a expressão se generalizou em novembro de 2016, mês da última eleição presidencial norte-americana, bem como, a eleição presidencial no Brasil em 2018. Segundo Santaella (2018, p. 23), afirma que as fake news [...] visam influenciar as crenças das pessoas, manipulá-las politicamente ou causar confusões em prol de interesses escusos (ROCHA, 2020, p. 1).

É possível influenciar, manipular — e interesses escusos estão completamente alinhados à situação, porque a ascensão de candidaturas radicalizadas obedece à estrutura maior de poder, à política, ao governar. Assim, no sentido mais maquiavélico, filosoficamente falando, o candidato que desponta como alternativa messiânica, buscando apoio incondicional, garante isso através de uma cultura de deseducação, que dissemina má informação, aliena, com propósito de dominação consentida, pois, quando não se entende a realidade, não é possível enxergar os problemas nas relações políticas e de poder.

Em coautoria com Maria Laura Silveira, Milton Santos produziu a obra *O Brasil: território e Sociedade no Início do Século XXI*, uma leitura da formação, do desenvolvimento e do Estado do Brasil. Na obra, o geógrafo reitera o conceito de “meio técnico-científico-informacional”, de sua autoria, como obra componente do desenvolvimento de uma nação, sobretudo no mundo globalizado pós-queda da bipolarização entre os Estados Unidos e a União Soviética.

No Brasil houve certa defasagem no planejamento do desenvolvimento nacional, em decorrência da industrialização tardia. Isto desencadeou a consolidação acelerada, irregular e pouco estruturada dos pilares do desenvolvimento: a ciência, a tecnologia e a informação. Ademais, consideradas tais irregularidades, e a fragilidade estrutural dos componentes em questão, surge a imagem de governos atuais que têm como função suprir os desafios do passado para que o país esteja a frente de processos globais, com a relevância regional e global que possui.

Entretanto, além da defasagem de seus componentes de desenvolvimento nacional: técnica, ciência e informação, há em nosso território questões sociais mal resolvidas, resultantes de nosso próprio passado, e que até os dias atuais assolam o presente, impedindo um pleno desenvolvimento humano com equidade de direitos. Nesse sentido, o artigo *As bases afetivas do comportamento político: ressentimento racial, partidarismo negativo e polarização na política americana*, de Julian Borba e Gregório Unbehaun Leal da Silva, apresenta também pontos essenciais que tornam urgente o estudo sobre o tema. Segundo os autores, existe no Brasil um “ressentimento racial” que ecoa na política.

Portanto, a polarização eleitoral sustenta o seu próprio sistema de manutenção do poder, que mantém na mesma medida as disparidades sociais no Brasil, visto que, entre extremos, o país segue sem acesso a caminhos alternativos para aplicar seu desenvolvimento humano, econômico e social, em cada um de seus aspectos, da forma que deveria.

O círculo vicioso dos extremos políticos cessa os meios para o desenvolvimento pleno.

4 Considerações finais

Através da retrospectiva eleitoral brasileira desenvolvida no item práxis, comprova-se a existência de polarização eleitoral no Brasil e a persistência de seus malefícios, visíveis na temática do desenvolvimento, seja socioespacial, econômico ou cultural. O processo da adesão popular a extremos é vicioso, repete-se regularmente na Nova República, através da reinvenção de propósitos e de pautas polarizadoras.

A sociedade brasileira não deve aguardar o surgimento de um salvador, promessa de um messianismo barato e aproveitador. Cada brasileiro deva agir como negociador da paz para amenizar os efeitos pontuais das atitudes que disseminam o ódio, fruto da má formação política, da incapacidade crítica resultante do extremismo. Desta forma, a bifurcação que obrigou o Brasil a tantas vezes optar seguir em direção a um lado, arrastando calorosas multidões

eleitorais rivais, é responsável por grande parte da defasagem desenvolvimentista regional que o país ainda hoje vivencia.

Referências

BELLO, André. **Origem, Causas e Consequências da Polarização Política**. 2019. 217 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BORBA, Julian; SILVA, Gregório Unbehaun da. As bases afetivas do comportamento político: ressentimento racial, partidarismo negativo e polarização na política americana. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 32., mai./ago. 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/0103-335220203210>

BRUGNAGO, Fabrício; CHAIA, Vera. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 7, n. 21, p. 99-129, out. 2014/jan. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/viewFile/%2022032/16586>. Acesso em: 2 jul. 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Cartas a um jovem político**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

KAYSEL, André; CODAS, Gustavo; CRUZ, Sebastião Velasco. **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

LAFER, Celso. FHC: o intelectual como político. **Novos estudos CEBRAP [online]**, São Paulo, n. 83, mar. 2009. DOI <https://doi.org/10.1590/S0101-33002009000100004>

LAWSON, J. Chappell H. *et al.* Looking Like a Winner: Candidate Appearance and Electoral Success in New Democracies. **Cambridge: World Politics [online]**, v. 62, n. 04, p. 561–593, 2010. URI <http://hdl.handle.net/1721.1/70919>

MADEIRO, Carlos. Negros são 75% entre os mais pobres; brancos, 70% entre os mais ricos. **Notícias Uol**. Cotidiano. nov. 2019.

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm>. Acessado em: 2 jul. 2021.

NOGUEIRA, Thulio Guilherme Silva. O impeachment de Dilma Vana Rousseff: qualquer semelhança com a história é mera coincidência. **VirtuaJus**, Belo Horizonte, v. 1, n. 28, p. 244-253, 2 sem. 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/13765/244-253>. Acesso em: 2 jul. 2021.

PÉREZ-LIÑAN, Aníbal. **Juicio político al presidente y nueva inestabilidad política en América Latina**. Buenos Ayres: Fondo de Cultura Económica, 2009.

REPRESENTATIVIDADE de negros na política brasileira ainda é baixa. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal TV Senado. [2021]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Sw-8T54V9Bk>. Acesso em: 2 jul. 2021.

ROCHA, Telma Brito. Fake news e os desafios da educação na contemporaneidade. **Revista Docência e Cibercultura [online]**, abr. 2020. ISSN 2594-9004.

ROEDER, Karolina Mattos; BRAGA, Sérgio. **Partidos políticos e sistemas partidários**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2017.

SANTAELLA, Lucia. **A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.

SANTAELLA, Lucia. **Temas e dilemas do pós-digital: a voz da política**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2016. v. 1.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no Início do Século XXI**. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TAUCHEN, J. I. O fenômeno da idolatria: um diálogo teológico e filosófico. **Veritas**, Porto Alegre, v. 64, n. 3, jul./set. 2019. DOI <http://orcid.org/0000-0002-1974-016X>